

## INTRODUÇÃO

# *mediapolis 5*

O final da década de 2000 marcou o início de um processo de transformações e convulsões políticas, econômicas e sociais que atravessaram fronteiras. Resultado do colapso dos mercados financeiros, por todo o mundo ficou clara uma célere profusão de cenários de falência empresarial, bancarota de países e despedimentos coletivos. Como resposta, multiplicaram-se os contextos de contestação social, que conheceram novos modelos de ação e novos atores. Paralelamente, no Norte de África e Médio Oriente, o acordar de uma primavera de convicções e ideais foi acompanhado pelo despertar de novos grupos e pela promoção de novas tensões, cujo desfecho é patente na proliferação de contextos de conflito, na exterminação das bases culturais dos seus povos e na gênese de uma crise humanitária paradigmática. Como corolário da promoção de tensões políticas, a América do Sul viu-se tomada por uma série de crises políticas que subsistem atualmente.

Inserida num quadro de constante atualização tecnológica e, ela própria, refém de uma conjuntura de crise, a comunicação assumiu um papel cen-

tral no desenrolar de cada um destes processos. Assumindo o papel central de narrativa dos acontecimentos, viu novos modelos de jornalismo tomar lugar e o surgimento de novas fontes e de novas práticas, na organização dos diferentes eventos; viu surgirem novas estratégias e novos meios; e, na contingência e resolução de riscos e ameaças, viu surgirem novas ferramentas e novas problemáticas.

É, exatamente, sobre novas linhas de modelos comunicacionais que nos fala o texto “Estratégias de Sobrevivência de Portais Coletivos e Agências de Conteúdo em Ambiente de Crise”, de Taís Seibt, Ana Paula Lückman e Francisco Amorim. Se, como enuncia Schudson, a primeira metade do século XX se caracterizou pela emergência e consolidação do jornalismo industrializado, estabelecendo os sentidos e estratégias do mercado da comunicação que acabaram por vingar durante todo o século, a reorganização do sistema capitalista, que tem marcado os primeiros anos do século XXI, tende a potencializar uma reorientação das referências do jornalismo. Referências essas que se encontram progressiva-

mente desvinculadas da sua função social de informar e, mais subjacentes às necessidades do mercado, compartilhando lógicas de informação, prestação de serviços e entretenimento. Paralelamente, a afirmação do modelo online 2.0, mais do que um novo meio de difusão, implicou uma reconfiguração de todo o sistema de produção jornalística, pautada pela disrupção com o modelo linear de distribuição de informação e pela integração ativa dos antigos recetores da informação no processo produtivo. Para Anderson, Bell e Shirky, esta matriz do jornalismo pós-industrial vai mais longe do que uma mera mudança: representa uma crise dos modelos de negócio e da própria atividade.

Tomando como base estas premissas, Seibt, Lückman e Amorim procuram reenquadrar este contexto de transformação à luz da interpretação de Morin de “crise”, segundo a qual o termo sugere um movimento potencialmente evolutivo – seja num sentido progressivo, seja num regresso a um estado anterior. A partir de uma análise focada na natureza editorial e modelos de negócio de 35 projetos

nativos digitais de jornalismo, situados em S. Paulo, os autores concluem que, se a crescente aposta no digital corrobora a ideia de uma efetiva crise dos modelos de negócio tradicionais, as iniciativas analisadas encontram-se ainda coladas às estratégias empresariais e linhas editoriais dos meios precedentes. Desta forma, encontram-se ainda por concretizar os sentidos estruturantes de uma crise progressiva, atinentes à promoção e procura de soluções inovadoras e criativas.

Nesta nova era, os desafios colocados ao jornalismo estão, porém, longe de se restringir à rutura dos seus modelos de negócio. Da contínua e crescente convocação do público para participar no processo produtivo da informação emerge um novo ecossistema, onde as fronteiras entre emissores e recetores são continuamente transpostas, fomentando situações em que produtos profissionais são confundidos com conteúdos amadores e onde o jornalismo se vê obrigado a adequar as suas práticas de produção à crescente celeridade da informação. São estes os ingredientes base da eclosão do paradigma cada vez mais popularizado das “fake news”,

*Da contínua  
e crescente  
convocação do  
público para  
participar no  
processo produtivo  
da informação  
emerge um novo  
ecossistema, onde  
as fronteiras  
entre emissores  
e recetores são  
continuamente  
transpostas*

caraterizada pela hibridização entre a difusão de produtos jornalísticos e a divulgação de informação distorcida. Como alude Amanda Diniz, no seu artigo “*Fact-Checking* no Ecossistema Jornalístico Digital: Práticas, possibilidades e Legitimação”, é neste ponto que reside um dos desafios centrais do jornalismo no novo século, o de assegurar e manter a confiança do público na sua atividade e no seu papel social. Sem grande surpresa, surge evidente que um dos grandes corolários deste arquétipo redundando numa crise da credibilidade das notícias. Num outro sentido, interessa observar que ele corresponde também a uma reabilitação pública das práticas tradicionais do jornalismo, materializadas na florescente tendência dos projetos de *fact-checking* – existindo já, inclusivamente, uma Rede Internacional de *Fact-Checking*.

No seu artigo, Amanda Diniz conduz-nos pela realidade contemporânea da experiência brasileira, através da análise aos modelos de organização, metodologias e sistemas de funcionamento de três projetos de *fact-checking* distintos. Ainda que conclua

estarmos perante um novo nicho de mercado e uma nova ferramenta para os profissionais, que cruza a tradição e inovação da *praxis* jornalística, uma das inferências mais claras da autora detém-se com o facto de estes novos instrumentos serem afinal eles próprios produtos jornalísticos, permeáveis, portanto, aos mesmo problemas que atravessam o espectro tradicional da produção informativa.

A questão da transformação das práticas do jornalismo, ante o avanço da tecnologização e digitalização do seu meio laboral, é recuperada no artigo “Crise, Precarização e Mudanças Estruturais no Jornalismo: Reflexões sobre Tendências Teóricas”, onde os autores se propõem a traçar uma discussão teórico-epistemológica sobre a crise do jornalismo, tendo como referência o contexto brasileiro da precarização do jornalismo e as suas mudanças estruturais. Não obstante se evidencie uma divergência entre o posicionamento da crise do jornalismo como uma retórica histórica da profissão ou como uma efetiva manifestação da contemporaneidade, certo é que as atuais tendências de reorganização do

*As atuais  
tendências de  
reorganização  
do mercado  
da informação  
têm contribuído  
amplamente para  
o aprofundamento  
da instabilidade  
laboral e  
profissional do  
jornalismo*

mercado da informação têm contribuído amplamente para o aprofundamento da instabilidade laboral e profissional do jornalismo.

Tendo como base a revisão desenvolvida pelos autores, torna-se evidente que as marcas da instabilidade no trabalho do jornalismo brasileiro seguem as linhas gerais da desestruturação laboral evidentes um pouco por toda a Europa. Falamos da sobreexploração dos jornalistas, motivada pela convergência funcional do processo produtivo e pela crescente intensidade do trabalho, mas também de índices salariais reduzidos ou da erosão da segurança laboral com base numa precarização dos vínculos. Sobre este último paradigma, assume interesse a exploração de duas realidades concretas do Brasil, firmadas na “pejotização” do trabalho, próxima da realidade portuguesa da proliferação de situações de “recibo verde”, e na noção de “passaralhos”, ou seja, os despedimentos em massa dentro das redações.

Prosseguindo um sentido distinto, Grazielle Albuquerque preocupa-se sobretudo em perceber o papel do

jornalismo em momentos de crise, chamando a atenção para as relações entre os profissionais da informação e os membros orgânicos do Sistema de Justiça. Tendo como objeto dois episódios fundamentais do sistema judicial brasileiro (a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, instalada em 1999, e a Reforma do Judiciário, realizada em 2003-2004), em “Mídia e Justiça no Brasil: O Mapeamento das Pautas Históricas de uma Nova Relação”, a autora apresenta casos concretos que demonstram a complexidade das relações entre o jornalismo e a justiça no espaço público hodierno.

Se, frequentemente, a cobertura jornalística dos assuntos da justiça costuma expor as fragilidades estruturais do sistema judicial, aumentando as tensões entre o campo dos *media* e o campo da justiça, em outras circunstâncias, os membros orgânicos de ambos os campos colaboram uns com os outros numa relação de instrumentalização recíproca. Neste caso, a tensão anterior converte-se em colaboração mútua entre os agentes: um tipo de relação em que a forma como o jornalismo mediatiza a justiça con-

tribui para a reafirmação do capital simbólico das instituições judiciárias. Trata-se de um movimento complexo que poderá ser observado pelo leitor num estudo sustentado por entrevistas com os protagonistas dos momentos-chave dos episódios analisados. Em sintonia com o arcabouço teórico que subjaz à reflexão, a autora conclui pela existência de uma relação progressivamente contígua entre o jornalismo e o sistema judicial brasileiro, marcada, pois, por dinâmicas de tensão e de coesão.

De facto, as relações de tensão entre o sistema mediático e o sistema judiciário são apenas um lado da crise de muitas faces por que passam as democracias ocidentais. Nestas sociedades mediatizadas, novos tipos de relação do jornalismo com o campo político são apresentados como sintoma de uma crise estrutural do sistema democrático. Crise que se aprofunda pela criação de um ciclo de depreciação da atividade política no espaço público mediático, resultante, por exemplo, da exposição exacerbada e, não raras vezes, dramatizada da corrupção política. Fenômeno complexo,

para cujo entendimento seria necessário um debate de ideias profundo, é tantas vezes submetido a abordagens simplistas e estereotipadas, transformando-se em eixo temático principal de narrativas que aprofundam visões parcelares sobre o ecossistema político. Neste quadro de tensas relações entre a política e o jornalismo, Aletheia Vieira reflete sobre o papel que o discurso dos *media* pode desempenhar na criação de uma eventual crise de confiança dos cidadãos nos políticos que os representam.

No seu artigo “A cobertura midiática e seus efeitos para a desconfiança na política”, a autora apresenta algumas conclusões da sua dissertação de mestrado, em que analisou a construção da personagem José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil do Brasil) pela revista *Veja*, durante o Mensalão, um dos maiores casos de corrupção do Brasil. Começando por abordar a crise da democracia representativa, explicada pelo facto de os eleitores não terem influência direta nas decisões dos políticos, a autora prossegue, discorrendo sobre o papel de ‘cão de guarda’ desempenhado pelo jornalis-

mo. Deste modo, o escândalo político é um assunto bastante caro aos *media*, que, através de enquadramentos espetacularizados e personalizados, chegam a fazer os seus próprios julgamentos, mesmo antes da justiça, levando os cidadãos a confiar cada vez menos no sistema político e nos seus atores. Sendo resultado dessa personalização, a construção da personagem é, portanto, um processo fulcral na construção da narrativa jornalística, contribuindo para a crise de confiança nos políticos.

Num registo bastante diferente destes últimos textos, o artigo de Fernando Garbini Céspedes debruça-se menos sobre as questões da comunicação e informação, para centrar-se particularmente nas problemáticas da emergência do espaço público, procurando estabelecer uma relação entre o quadro de reorganização social que emoldura a eclosão do indivíduo, assim entendido, e o surgimento da canção popular moderna. Neste “ciclo de retroalimentação”, como o autor denomina, parte precisamente de uma disrupção com a crise de um modelo precedente, a emergência de um

*O escândalo político é um assunto bastante caro aos media, que, através de enquadramentos espetacularizados e personalizados, chegam a fazer os seus próprios julgamentos, mesmo antes da justiça*

novo tipo de sociabilidade, marcado pela emancipação do indivíduo, agora capaz de produzir de acordo com os sentidos da sua própria subjetividade. Partindo deste pressuposto, o artigo leva-nos, através de relatos históricos e reflexões, pelos modos como a herança musical se foi relacionando com o rompimento da velha disposição económica, política e social, em Lisboa, Nápoles ou Paris, para dar origem a uma nova ordem, da qual deriva o indivíduo moderno ocidental.

Todos os artigos desta quarta edição são acompanhados pela criação gráfica de Leonel Brites. As seis inéditas peças estabelecem uma região de sentidos com as temáticas em estudo e propõem um campo de reflexão sobre as dinâmicas dos *media* e do espaço público, tocando questões e discursos que atravessam e relacionam estes dois domínios.

*Bruno Araújo*

*Inês Fonseca Marques*

*Marco Gomes*

*João Miranda*